

 <p>CMDCA Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente</p>	<p>CMDCA</p> <p>ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA 05/2020</p>
---	---

Presidente: ESTER PERSIKE						Fone: 3675-5936	
Data:	16/06/2020	Horário:	9:00	Local:	Regional do Maracanã	Sala:	virtual
Tema:	5ª REUNIÃO ORDINÁRIA CMDCA - GESTÃO 2019/2021						

NOME DOS PARTICIPANTES		SETOR	REPRESENTATIVIDADE
1	Ester Persike	Irmandade Betânia	Presidente
2	Raul Cezar Danguí Moraes	SEMAS	Vice Presidente
3	Jucimari Kanha Soares	SEMAS	Titular
4	Caíena Louise de Oliveira	SEMAS	Suplente
5	Lis Gracieli Alberti	SEPLAN	Titular
6	Ana Daniela de Lima da Silva	SMS	Titular
7	Melissa Cristina Azzarini Neto	Casa de Apoio Tia Sula	Titular
8	Débora Luíza Martins Coghetto	FUNDAÇÃO NADAR	Titular
9	Lucimara Alano	ASS. BEN. ROSANNA CATTALINI	Titular
10	Elisabete Mari Paris Curce	Lar Escola Luciane Mary Paris	Suplente
11	Tatiane Bernardo de Brito	Instituto Beija Flor	Titular
12	Carla Murakami Kunyoshi	APAE	Titular
13	Alair Morais	APAE	Suplente
14	Marcos Luiz dos Santos	Pastoral da Criança	Titular

ASSUNTOS EM PAUTA:
1. <i>Deliberação as ATA 03 e 04/2020</i>
2. <i>Apresentação do Protocolo da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente em Situação de Risco para a Violência</i>
3. <i>Ofícios nº.163/2020 e nº. 166/2020 da 4ª Promotoria de Justiça (Reiteração)</i>
4. <i>Esclarecimentos da Secretaria Municipal de Educação referente ao retorno das suas atividades CMEIS e Escolas.</i>

ATA 05/20 – Aos dezesseis dias do mês de junho do ano de dois e vinte às nove horas, o colegiado CMDCA foi convocado para mais uma assembleia **ORDINÁRIA**, sendo realizada no via **WHATSAPP**, considerando as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância Internacional decorrente do COVID – 19, pandemia que está afetando o Brasil e o mundo, alterando a rotina de países inteiros, bem como o Decreto Municipal Nº. 013/2020. Seguindo a reunião a presidente do CMDCA conselheira Ester Persike, verifica a existência de quórum estando online os seguintes conselheiros. **Representantes do Poder Público:** Raul Cezar D. Moraes, Jucimari Kanha Soares, Ana Daniela de Lima da Silva, Caiena Louise de Oliveira e Lis Gracieli Alberti. **Representantes da Sociedade Civil:** Ester Persike, Carla Murakami Kunyoshi, Alair Moraes, Melissa Cristina Azzarini Noto, Débora Luíza M. Cogheto, Elisabete Mari Paris Curce Lucimara Alano, Tatiane Bernardo de Brito e Marcos Luiz dos Santos, para deliberarem sob os seguintes assuntos: **1) Deliberação as ATA 3ª e 4ª; 2) Apresentação do Protocolo da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente em Situação de Risco para a Violência; 3) Ofícios nº. 163/2020 e nº. 166/2020 da 4ª Promotoria de Justiça (Reiteração); 4) Esclarecimentos da Secretaria Municipal de Educação referente ao retorno das suas atividades CMEIS e Escolas.** Em seguida pergunta sobre a leitura das atas 3ª e 4ª, se há alguma consideração a ser realizada, fala sobre a importância destes documentos e a obrigatoriedade da leitura do colegiado para sua aprovação, pois são registros de deliberações do colegiado, não havendo manifestação contrária estas foram aprovadas por **UNANIMIDADE**. Seguidamente solicita ao conselheiro Raul Cezar para apresentação do Protocolo da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente em Situação de Risco para a Violência, este inicia saudando a todos(as), relata que no final do mês o CMDCA recebeu um ofício da 4ª. Promotoria de Justiça, solicitando a deliberação de aprovação do supracitado protocolo, o qual trata da Rede de Proteção e Escuta Especializada, fala que elaboração do protocolo que iniciou no final de 2017, já em 2019 aconteceram três encontros com as equipes do serviço de ponta, em seguida realizam um grande evento com as secretarias, Saúde e Educação, expondo a funcionalidade da Rede de Proteção, posteriormente tal documento

foi encaminhado a Vara da Infância e Juventude do Município e para a 4ª Promotoria de Justiça. Informa que desde 2019 os serviços já estão sendo executados norteados por este documento, ficando dividido entre Saúde, Assistência Social e Educação, apenas a Rede Estadual de Educação não se manifestou, mas não deixaram de atender e executar os serviços em prol da população infanto juvenil do município. Expõem sobre os avanços que houve por meio deste Protocolo da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente em Situação de Risco e Violência. Relata sobre a dinâmica da escuta especializada que está acontecendo por meio das técnicas do CREAS, psicóloga Eliziane Chemim da Secretaria Municipal de Educação e psicólogos da Secretaria Municipal da Saúde os quais realizam atendimento clínico. Lembra ao colegiado que este documento já foi encaminhado em tempo hábil para todos conselheiros via e-mail, objetivando melhor compreensão de todos diante desta apresentação. Fala a presidente, que este documento anteriormente já foi apresentado ao colegiado, solicitando a deliberação do colegiado os quais por **UNANIMIDADE** aprovaram Protocolo da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente em Situação de Risco para a Violência. Logo após, a presidente apresenta os ofícios encaminhados pelo 4ª Promotoria de Justiça ao CMDCA, sendo um dos assuntos e sobre o Protocolo da Rede de Proteção, outro referente-se a reformulação da Lei Municipal nº.1224/11. Informa que a Comissão composta para esta finalidade será convocado e tão logo Promotoria será comunicada sobre seus encaminhamentos. Posteriormente passa a palavra para a conselheira Lucimara Alano, que solicita esclarecimentos da Secretaria Municipal de Educação referente ao retorno das atividades dos CMEIS e Escolas, esta cumprimenta a todos, fala que gostaria de colocar para avaliação do colegiado a situação das crianças que a Associação Beneficente Rosanna Cattalini atende, pois estão vendo com grande preocupação várias casas particulares que tem atendido as crianças de forma totalmente irregular, sem qualquer preocupação com a saúde, por outro lado veem estas crianças na rua e as famílias sem locais para deixar seus filhos enquanto trabalham. Diz ainda, que há desinformações repassadas por diversas diretoras e professoras da rede pública de ensino em especial as municipais, que afirmam para as famílias que este ano a educação não retorna, mesmo ciente que nada está ainda definido. Fala a presidente que são duas situações que a conselheira Lucimara



apresenta, sendo a primeira das crianças que estão em casa e outras com babás ou cuidadores de maneira aglomeradas; e a segunda refere-se as professoras e diretoras ligando para as famílias informando que as unidades de ensino não irão funcionar. Fala que tal ato das funcionárias devem ser especificadas a Secretaria de Educação, citando nomes de escolas e servidoras. Sobre o retorno as atividades escolares diz a presidente que não está na alçada do CMDCA, pois existe uma Lei Estadual que determina a suspensão das aulas presenciais, como forma de prevenção à circulação do corona vírus, e que o Município deve se submeter a esta lei. O papel deste conselho é garantir direitos mas neste momento de pandemia escapa da jurisdição do CMDCA. A conselheira Lis Gracieli, concorda com a presidente, pois o CMDCA não tem gestão sobre as decisões particulares de cada família. No tocante aos atendimentos irregulares sugere a elaboração de uma notificação a Prefeitura, com informações pontuais sobre quem e onde está sendo realizado esses atendimentos. Solicita para a conselheira Lucimara que se possível, identificar as crianças que são atendidas pela Associação Beneficente Rosanna Cattalini e trazer para discussão do CMDCA com informações mais pontuais para a contribuição ser de forma mais satisfatória. Recomenda a presidente que o CMDCA, documente essa preocupação para Secretaria Municipal de Educação sobre assunto debatido, a fim de orientar de modo correto as famílias, assim como seus funcionários, sem generalizar. O retorno das aulas devemos aguardar o movimento da pandemia. Manifesta a conselheira Lucimara Alano, que todos tenham compreendido, que a intenção é que mais informações atinjam a população, que o CMDCA possa debater a real situação destas famílias e mostrar que o Conselho não está alheio a situação apresentada. Logo após, fala a presidente Ester Persike, que a Secretaria Nacional de Direitos Humanos encaminhou alguns computadores para equipagem do Conselho Tutelar, cinco (05) computadores novos que já foram instalados e hoje há necessidade do remanejamento dos computadores antigos para Casas de Emília, visto que atualmente diante desta pandemia as meninas estão sem ir para escola, havendo tarefas escolares online, onde os professores encaminham videoaulas acompanhados de atividades diariamente, com horários preestabelecidos, para realizar o atendimento dos alunos, tal como precisam dos equipamentos para realizarem pesquisa sempre que

